

Assembleia vai definir pauta de reivindicações



O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita inicia na quarta-feira, 27 de abril, a campanha salarial de 2016 (veja a chamada e o edital de convocação ao lado). Nessa data, será realizada a assembleia geral de trabalhadores/as que, além de uma boa análise conjuntural das fábricas, terá como principal desafio avaliar e aprovar um conjunto de reivindicações que visam, antes de tudo, recuperar as perdas salariais causadas pela inflação e melhorar a média dos salários e pisos salariais da categoria. Essas reivindicações vão formar uma pauta que, em seguida, vai ser apresentada ao sindicato patronal para negociação. A assembleia também deve aprovar um plano de ação e mobilização da categoria para se alcançar o objetivo.

Por tudo isso, a participação do maior número possível de trabalhadores/as é de fundamental importância. Participe!

Neste ano, apenas as cláusulas econômicas - aquelas que tratam de reajustes nos salários e pisos salariais - serão colocadas em negociação para a categoria metalúrgica. Isto porque, no ano passado, ficou acordado que as cláusulas sociais - aquelas que tratam de avanços em direitos e benefícios - vigorariam por dois anos.

Isso não significa que a campanha salarial que se inicia na assembleia do dia 27 será fácil. Pelo contrário. A conjuntura política e econômica do país impõe dificuldades a todos.

Esta preocupação, bem como as propostas de reajuste salarial e as mobilizações da campanha salarial deste ano, serão debatidas e decididas na plenária de dirigentes e outras lideranças metalúrgicas de Canoas e Nova Santa Rita, a ser realizada no dia 26 de abril, e na plenária estadual da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, a ser realizada no dia seguinte, 27 de abril, antes da assembleia que deve aprovar o conjunto de propostas. O objetivo é fazer uma campanha salarial com muita união e organização.

ASSEMBLEIA GERAL

DOS(AS) METALÚRGICOS(AS) DE CANOAS E NOVA SANTA RITA

Dia 27 de abril, quarta-feira, às 18h30min, na sede do sindicato

Pauta: CAMPANHA SALARIAL 2015

- 👉 **Definição da pauta de reivindicações para a Convenção Coletiva de Trabalho**
- 👉 **Encaminhamentos e assuntos gerais**



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita

Fundado em 1º de setembro de 1960 - Reconhecido em 1º de maio de 1963
Sede Própria: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - CEP: 92010-160 - Caixa Postal 58
Fone: (51) 0800.6024955 - Site: www.sindmetalcanoas.org.br - E-mail: stmmec@terra.com.br
Processo MTPS nº 200.894/1961 - CNPJ nº 90.811.803/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS DE CANOAS E NOVA SANTA RITA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CANOAS E NOVA SANTA RITA, vem, através desse edital de acordo com as disposições estatutárias e legais atinentes, por seu presidente, CONVOCAR todos os integrantes da categoria profissional, sócios ou não da entidade, que trabalhem em sua base territorial, ou seja, nos municípios de CANOAS E NOVA SANTA RITA, para a Assembleia Geral da Campanha Salarial 2016, que será realizada na sede da entidade, sita na Rua Caramuru, nº 330, no próximo dia 27/04/2016, às 18h30min e às 19hs, em primeira e segunda convocação respectivamente, afim de deliberarem pela seguinte ORDEM DO DIA:

- 1- Examinar a revisão total ou parcial e/ou fixar novas normas coletivas de trabalho no corrente ano, através de acordos e/ou convenções coletivas de trabalho ou mesmo por solução judicial;
- 2- Discussão e deliberação da pauta de reivindicações a ser encaminhada a respectiva entidade patronal;
- 3- Concessão de poderes à diretoria da entidade para realizar tratativas negociais e a realização de acordos e/ou convenções coletivas de trabalho ou mesmo de solução judicial, através de ajuizamento do conflito, caso resultem negativas as negociações;
- 4- Deliberação acerca da conveniência, ou não, de fixação da contribuição assistencial em favor da entidade, definição do valor da mesma e garantia do direito de oposição para os não sócios do Sindicato, na forma e prazo que esta fixar para tal;
- 5- Estratégias da campanha salarial unificada.

Canoas, 22 de abril de 2016.

Paulo Chitolina - Presidente

Sabe quem vai pagar o pato do golpe? Você trabalhador/a brasileiro/a!

No domingo, 17 de abril, a Câmara Federal aprovou o prosseguimento do processo de impeachment contra a presidenta Dilma. Militantes de movimentos sociais como a CUT e sindicatos filiados saíram às ruas para protestar e pressionar para que isso não acontecesse. Apesar da pressão, o golpe na democracia foi decretado por 367 dos 513 deputados federais que disseram “sim” à proposta e desrespeitaram os votos de 54 milhões de brasileiros. Assim, a presidenta Dilma poderá ser impedida de permanecer no cargo por um suposto “crime de responsabilidade”, que nada tem a ver com os casos de corrupção atualmente investigados no país, caso um menor número de parlamentares do Senado também digam “sim” ao impeachment.

O objetivo da militância não era defender a presidenta, mas, sim, defender a democracia. Afinal, contra Dilma não há concretamente nenhum crime de corrupção, apenas um suposto 'crime de responsabilidade'. O objetivo também era evitar o retrocesso que se avizinha, já que o afastamento da presidenta colocaria na linha sucessória três acusados de corrupção,



políticos que receberam polpudas contribuições empresariais, enfraqueceria a esquerda brasileira, que é quem de fato defende os direitos da classe trabalhadora no Congresso Nacional, e deixaria o caminho livre para a aprovação sem vetos presidenciais os 55 projetos patronais já denunciados neste jornal, retirando ou flexibilizando inúmeros direitos trabalhistas e sociais. Também para impor os projetos constantes no documento chamado “Uma Ponte para o Futuro”, onde os patrões reivindicam o fim da obrigatoriedade dos gastos fixos em educação e saúde públicas e reformas nas leis trabalhistas e previdenciárias, prevendo, por exemplo, o fim da política de valorização do salário mínimo, a imposição da idade mínima para as aposentadorias e a prevalência do negociado sobre o legislado, que colocaria em risco inúmeros direitos consagrados, como as férias, o 13º salário, o aviso prévio, o FGTS, entre outros.

Infelizmente, com a aprovação e a continuidade do golpe, tudo indica que a classe trabalhadora brasileira vai mais uma vez pagar caro o pato da crise que não foi criada por ela.

Mudança?

Presidenta tem três acusados na linha sucessória

A presidenta Dilma, sobre quem não pesa nenhum caso de corrupção, mas que pode ser afastada pelo clamor da “mudança”, tem na linha sucessória três caciques do PMDB, ávidos pelo poder. Pela ordem: o vice-presidente Michel Temer, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, todos acusados de envolvimento em casos de corrupção. Afinal, “mudança” para quem?

Temer é citado na Lava Jato por indicar diretores corruptos para a Petrobras, ter recebido propinas por facilitar um contrato de aquisição de navios-sonda e ter recebido R\$ 5 milhões da empreiteira OAS.

Cunha é réu no STF, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro na Lava Jato. Ele teria recebido propinas milionárias para viabilizar obras na Petrobras e mantido contas não declaradas no exterior. Também responde processo por quebra de decoro por ter mentido no parlamento.

Calheiros é citado na Lava Jato por

crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Contra ele também pesa a denúncia de ter recebido R\$ 2 milhões para evitar a abertura de uma CPI para investigar a Petrobras, ter recebido propina da construtora Camargo Corrêa, ser suspeito de peculato (desvio de dinheiro público), uso de documento falso e cometido falsidade ideológica.

Companheiro/a metalúrgico/a: se você foi convencido pelo patrão ou pela mídia de que o impeachment seria a única saída para a crise, para os problemas do Brasil e para o fim da corrupção, e foi estimulado a apoiar as manifestações de protesto nas ruas, a defender essa idéia nas redes sociais e outros locais de convívio social, pode perceber, na votação de domingo, dia 17, exibida em tempo real por inúmeras emissoras, que todos os argumentos utilizados pelos deputados favoráveis ao impeachment, não comprovaram qualquer acusação antes feita à presidenta. Portanto, é necessário que se pesquise a atuação política destes parlamentares e que se saiba o real comprometimento deles com as causas sociais e trabalhistas, para que não tenhamos novamente um processo de votação tão vergonhoso como o ocorrido na Câmara dos Deputados. Pense nisto!

Conjuntura

Os passos do golpe

A eleição mais longa da história do Brasil ainda não acabou. Dilma ganhou os dois primeiros turnos em 2014, ocasião em que recebeu cerca de 54 milhões de votos de brasileiros e brasileiras que aprovaram seu primeiro mandato, herdado de Lula da Silva.

A oposição e a classe dominante não se conformaram por ter mais uma vez perdido no voto e resolveram conspirar para ganhar no tapetão. Estava iniciado o 3º Turno daquela eleição. O pedido de auditoria nas urnas, quatro dias depois da eleição, foi o primeiro movimento golpista. Não deu certo.

Aproveitando-se do agravamento da crise econômica que, desde 2008, vem abalando a economia de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a oposição, por meio de seus representantes infiltrados no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal, com o apoio da classe patronal e dos grandes meios de comunicação, passaram a vincular as sucessivas fases da Operação Lava Jato ao governo Dilma e a insuflar a população politicamente analfabeta e midiotizada a sair às ruas para buscar o tal “respaldo popular”.

Como não encontraram nenhum envolvimento da presidenta, buscaram no Tribunal de Contas da União, por meio do ministro Augusto Nardes, a base legal para buscar o impeachment de Dilma. Para quem não sabe, Nardes iniciou sua carreira política na Arena, partido de sustentação dos governos da ditadura, e a encerrou no PP, partido recordista em envolvidos em casos de corrupção da Operação Lava Jato. Indiciado na Operação Zelotes por ter recebido cerca de R\$ 1,8 milhão como vantagens no escândalo do Carf, Nardes foi designado para encontrar indícios de irregularidades nas contas do governo. Como não encontrou, prejudicou como “crime de responsabilidade” o uso das chamadas “pedaladas fiscais” – operações pelas quais o Tesouro Nacional atrasou repasses de dinheiro para os bancos financiadores de despesas do governo com benefícios sociais e previdenciários, como o Bolsa Família e o Seguro-desemprego. As pedaladas foram comumente utilizadas por outros governos (FHC, Lula etc) e é utilizada atualmente por vários governos estaduais e municipais, por exemplo, sem que estes governos sejam acusados e sofram tentativas de impeachment.

O passo seguinte foi dado por juristas notadamente vinculados à oposição, que entraram com um pedido de impeachment na Câmara Federal. Lá o presidente Eduardo Cunha, do PMDB que tem interesse de ver seu cacique Michel Temer na Presidência da República, encaminhou a toque de caixa a votação da admissibilidade do processo, tanto que a Câmara passou a ter sessões de segunda a sexta-feira e a sessão especial no sábado e domingo, 16 e 17 de abril. O empenho de Cunha seria um ato de vingança ao PT, porque os três deputados petistas do Conselho de Ética não o apoiaram no processo de quebra de decoro aberto por ter mentido dizendo não possuir dinheiro em contas no exterior, oriundo de corrupção.

Assim, os votos de 54 milhões de brasileiros foram jogados no lixo e trocados pelos votos de 513 deputados federais. Entre estes deputados, 299 respondem por 1.131 ocorrências judiciais diversas, especialmente atos de corrupção, segundo apurou o site Excelências. O resultado da votação: 367 deputados votaram “sim”, a favor da continuidade do impeachment, e 137 “não”, a favor de Dilma. O 3º Turno foi vencido pela oposição e o golpe contra a democracia (não contra a Constituição, como a grande mídia insiste dizer) se mantém.

Agora o 4º Turno se dá no Senado Federal, outra casa repleta de políticos envolvidos em falcaturas, bancados por empresários e ávidos para compor ou indicar correligionários para um novo governo.

EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS
- Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Sílvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n.º 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.